

**POIESIS - INSTITUTO DE APOIO À CULTURA, À
LÍNGUA E À LITERATURA**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022**

POIESIS - INSTITUTO DE APOIO À CULTURA, À LÍNGUA E À LITERATURA

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e Conselheiros da

Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura** (“**Poiesis**” ou “**Entidade**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa

Continuidade operacional

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 6 às demonstrações contábeis, a principal fonte de receita do Instituto é provida pelo Governo do Estado de São Paulo, firmado por meio de Contratos de Gestão, que custeia as principais atividades desenvolvidas pelo Instituto. Os referidos Contratos de Gestão, também tem metas e indicadores de desempenho que devem ser performados.

Não obstante, o Contrato de Gestão “nº 001/2017”, tem o prazo de vigência até 31 de dezembro de 2022, o Contrato de Gestão “nº 005/2018” tem o prazo de vigência até 31 de dezembro de 2023, e o Contrato de Gestão “nº 003/2020”, tem o prazo de vigência até 31 de dezembro de 2025. O Instituto pode ser contratado novamente, se for atestado o bom desempenho na execução do contrato atual e desde que a proposta do Instituto, seja selecionada na convocação pública, conforme legislação vigente. Chamamos a atenção, para o assunto, uma vez, que existe uma dependência regular do recebimento dos recursos deste contrato para a manutenção das atividades operacionais do Instituto. O Instituto não está ressalvado em função deste assunto.

Responsabilidades da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades sem finalidades de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2023.



BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/0-8

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carlos Aragaki'.

Carlos Aragaki
Contador CRC 1 SP 132091/0-1



Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021**

Conteúdo

Balanços patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações de resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa		222	83	Projetos a executar	6	46.521	36.135
Recursos vinculados a projeto	4	58.538	42.388	Contas a pagar	7	7.462	2.061
Despesas antecipadas		1.735	874	Obrigações tributárias		330	142
Outros créditos		28	33	Obrigações trabalhistas	8	1.524	1.205
Total do ativo circulante		60.523	43.378	Provisão de férias e encargos		4.208	3.600
Recursos vinculados a projeto	4	4.413	3.925	Total do passivo circulante		60.044	43.143
Depósitos judiciais		106	94	Projetos a executar	6	4.414	3.925
Total realizável a longo prazo		4.519	4.019	Provisão para contingências	9	356	254
Imobilizado	5	16.802	8.041	Obrigações com o Estado - Imobilizado	6	16.752	7.941
Total do ativo não circulante		21.321	12.060	Total do passivo não circulante		21.522	12.120
				Patrimônio líquido	11		
				Patrimônio social		175	184
				(Déficit) superávit acumulado		103	(9)
				Total do patrimônio líquido		278	175
Total do ativo		81.844	55.438	Total do passivo		81.844	55.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura			
Demonstrações de resultados			
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
<i>(Em milhares de Reais)</i>			
	Nota	2022	2021
Receitas operacionais			
Recursos de Contratos de Gestão	6 e 12.a	96.627	55.481
Convênios (Termos de Fomento)	12a	669	23
Voluntários	3.h	156	156
Total de receitas		<u>97.452</u>	<u>55.660</u>
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	13	(46.999)	(36.381)
Despesas gerais (produção cultural)	14	(17.745)	(7.233)
Serviços profissionais	15	(9.387)	(7.098)
Gerais e administrativas	16	(19.810)	(2.677)
Despesas divulgação e comunicação		(179)	(227)
Depreciação e amortização		(2.849)	(1.783)
Outras despesas/receitas		5	(25)
Voluntários	3.h	(156)	(156)
Despesas operacionais antes das despesas financeiras		<u>(97.120)</u>	<u>(55.580)</u>
Despesas financeiras		<u>(229)</u>	<u>(89)</u>
		<u>(97.349)</u>	<u>(55.669)</u>
(Déficit) superávit do exercício		<u>103</u>	<u>(9)</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura
Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
(Déficit) superávit do exercício	103	(9)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	103	(9)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura			
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
(Em milhares de Reais)			
	Patrimônio social	(Déficits) superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	197	(13)	184
Incorporação do superávit ao patrimônio social	(13)	13	-
Déficit do exercício		(9)	(9)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	184	(9)	175
Incorporação do superávit ao patrimônio social	(9)	9	-
Déficit do exercício		103	103
Saldos em 31 de dezembro de 2022	175	103	278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura		
Demonstrações dos fluxos de caixa		
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021		
(Em milhares de Reais)		
	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) superávit do exercício	103	(9)
Ajustes por:		
Baixa de imobilizado		-
Depreciação e amortização	2.849	1.784
Varição nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	(16.638)	(28.271)
Outros créditos, despesas antecipadas e depósitos judiciais	(868)	(387)
Aumento/(redução) nos passivos em		
Projetos a executar	10.874	28.662
Obrigações trabalhistas, provisão de férias e encargos	927	216
Contas a pagar, obrigações tributárias e contingências	14.502	(3.011)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>11.749</u>	<u>(1.016)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Baixas de imobilizado	50	
Aquisição de imobilizado	(11.660)	1.023
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento	<u>(11.610)</u>	<u>1.023</u>
Varição líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>139</u>	<u>7</u>
Caixa equivalente de caixa em 1º de janeiro	83	76
Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro	<u>222</u>	<u>83</u>
(Redução) / aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>139</u>	<u>7</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura (“Poiesis” ou “Entidade”), é uma Entidade civil sem fins lucrativos, que tem objetivos de natureza cultural, literários, artísticos, museológicos, assistenciais e educacionais, atuando no desenvolvimento e gestão de programas, pesquisas, projetos, bens, espaços e equipamentos culturais, assistenciais e educacionais. Valorizando a Cultura em suas múltiplas expressões, busca facilitar o acesso democrático ao conhecimento, estimular a reflexão e a criação artística e a preservar e divulgar bens culturais e históricos como instrumentos de valorização da identidade e da diversidade.

Para consecução de seus objetivos, a Entidade poderá firmar contratos, convênios, termos de colaboração ou fomento, acordos ou termos de cooperação, ou outros ajustes, inclusive ao amparo de programas de incentivo ou renúncia fiscal, com o poder público ou com a iniciativa privada em todos os níveis, para gestão de equipamentos, implantação e desenvolvimento de programas nas áreas da cultura, assistência social e da educação.

A Poiesis está qualificada pelo Governo do Estado de São Paulo como “organização social da área da cultura” desde 2008, e, por força de contratos de gestão celebrados com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa, tem se responsabilizado pela gestão de equipamentos e programas culturais vinculados à política pública de Cultura.

No exercício de 2022 respondeu pela gestão dos seguintes programas da Pasta da Cultura, operacionalmente caracterizados pela retomada das atividades presenciais impossibilitadas no período da pandemia da COVID-19 dos exercícios precedentes, sem, contudo, abandonar o formato digital (remoto) para aquelas atividades que apresentaram grande aderência operacional e receptividade pelo público neste formato.

- A- Rede de Museus-casas Literários (Casa das Rosas, Casa Guilherme de Almeida e Casa Mário de Andrade) – Contrato de Gestão 1/2017 firmado em 1º de julho de 2017 e vencimento ora prorrogado para 30/04/2023. Em 2022 também foi dado continuidade às intervenções de restauração, sob responsabilidade da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, da Casa das Rosas, e início das de ampliação e restauração da Casa Mário de Andrade, sob responsabilidade da Entidade.
- B- Oficinas Culturais – Contrato de Gestão 5/2018, com vigência de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2023.
- C- Fábricas de Cultura nas unidades de Jardim São Luiz, Capão Redondo, Vila Nova Cachoeirinha, Brasilândia, Jaçanã, Diadema, Osasco, Iguape, Heliópolis e Núcleo Luz – Contrato de Gestão 03/2020, com vigência de 1º de janeiro de 2021 à 31 de dezembro de 2025. No 1º semestre de 2022 foram iniciadas as atividades nas novas unidades de Osasco e Iguape, bem como algumas iniciativas em Heliópolis, em instalações de terceiros parceiros, no 2º semestre. Também foi dado prosseguimento às intervenções de recuperação e ampliação da unidade da Cadeia Velha de Iguape.

Em 2022 o Conselho de Administração da Entidade estabeleceu em seus objetivos estratégicos para o quinquênio 2023-2027, o fortalecimento da sua sustentabilidade e perenidade institucional, com o desenvolvimento de esforços para ampliar e diversificar seu campo de atuação, bem como consolidação de sua operação como inovadora gestora de produtos e projetos culturais, educacionais e assistências, sintonizados às novas demandas sociais, políticas e tecnológicas da sociedade.

Como entidade sem fins lucrativos, a Poiesis é isenta de contribuições e impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com as disposições da Constituição Federal.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para as pequenas e médias empresas, e aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 20 de fevereiro de 2023.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota 3.c (ii)** - vida útil do ativo imobilizado;

Nota 9 – mensuração de provisões para contingências.

3 Principais políticas contábeis

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Instituto se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio do Instituto para a gestão destes ativos financeiros. O Instituto inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio de resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos financeiros. Os ativos financeiros são representados por caixa e equivalentes de caixa e recursos vinculados a projetos.

Os instrumentos financeiros do Instituto são classificados como:

Custo amortizado

Quando atender as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

São subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

A Entidade tem seus ativos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros do Instituto são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, quando aplicável. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados como:

Passivos financeiros ao custo amortizado é representado pelo contas a pagar.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações de projetos relacionados a contrato de gestão e outros ajustes que lhe deram origem.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2022 e 2021, incluindo operações de *hedge*.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

Os recursos provenientes do Contrato de Gestão, quando utilizados, ou seja quando executado referido contrato, são reconhecidos no mês de competência como receita durante o exercício. Os recursos não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

(ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Equipamento de áudio e vídeo	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de som/luz	10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamento de telecomunicação	5 anos
Software	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

d. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

e. Provisões, passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

f. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, os impostos incidentes sobre receita financeira, impostos incidentes sobre operações de câmbio e tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

h. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em receitas operacionais em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2022 registrou o montante de R\$ 156 (R\$ 156 em 2021) referente a trabalhos voluntários.

4 Recursos vinculados a projetos

	2022	2021
Caixa	84	86
Aplicações financeiras	62.867	46.227
	<hr/> 62.951	<hr/> 46.313
Ativo circulante	58.538	42.388

Ativo não circulante	4.413	3.925
	<u>62.951</u>	<u>46.313</u>

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados e em passivos relacionados a estes projetos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados a taxas de 90% do CDI - Certificado de depósito Bancário em 2022 (90% em 2021).

Os recursos do ativo não circulante, referem-se ao fundo de reserva, constituído com o propósito exclusivo de utilização na hipótese de ocorrer atraso na liberação dos repasses por parte da Secretaria da Cultura e Economia Criativa.

5 Imobilizado

Movimentação 2022

	<u>31/12/2021</u>			<u>31/12/2022</u>
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Equipamentos de áudio e vídeo	4.223	1.622		5.845
Equipamentos de Informática	1.865	3.389		5.254
Móveis e Utensílios	2.317	823	(50)	3.090
Equipamentos de som/luz	2.097	1.502		3.599
Máquinas e Equipamentos	125			125
Instalações	423	1.012		1.435
Equipamentos de telecomunicações	114	18		132
Software	787	65		852
Benfeitorias imóveis de terceiros (a)	3.472	3.229		6.701
Total	<u>15.423</u>	<u>11.660</u>	<u>(50)</u>	<u>27.033</u>
	<u>31/12/2021</u>			<u>31/12/2022</u>
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Equipamentos de áudio e vídeo	(2.136)	(890)		(3.026)
Equipamentos de Informática	(1.316)	(381)		(1.697)

Móveis e Utensílios	(1.299)	(258)		(1.557)
Equipamentos de som/luz	(1.394)	(551)		(1.945)
Máquinas e Equipamentos	(73)	(3)		(76)
Instalações	(200)	(66)		(266)
Equipamentos de telecomunicações	(86)	18		(68)
Software	(264)	(138)		(402)
Benfeitorias imóveis de terceiros	(614)	(580)		(1.194)
Total	(7.382)	(2.849)		(10.231)
Saldo líquido	8.041	8.811	(50)	16.802

Movimentação 2021

	<u>31/12/2020</u>			<u>31/12/2021</u>
	<u>Custo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Custo</u>
Equipamentos de áudio e vídeo	4.208	15		4.223
Equipamentos de Informática	1.769	96		1.865
Móveis e Utensílios	2.298	19		2.317
Equipamentos de som/luz	2.075	22		2.097
Máquinas e Equipamentos	124	1		125
Instalações	415	8		423
Equipamentos de telecomunicações	110	4		114
Software	570	217		787
Benfeitorias imóveis de terceiros (a)	2.831	641		3.472
Total	14.400	1.023		15.423

	<u>31/12/2020</u>			<u>31/12/2021</u>
	<u>Depreciação</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>
Equipamentos de áudio e vídeo	(1.635)	(501)		(2.136)
Equipamentos de Informática	(1.152)	(164)		(1.316)
Móveis e Utensílios	(1.083)	(216)		(1.299)
Equipamentos de som/luz	(1.196)	(198)		(1.394)
Máquinas e Equipamentos	(66)	(7)		(73)
Instalações	(159)	(41)		(200)
Equipamentos de telecomunicações	(71)	(15)		(86)
Software	(189)	(75)		(264)
Benfeitorias imóveis de terceiros	(47)	(567)		(614)
Total	(5.598)	(1.784)		(7.382)
Saldo líquido	8.802	(761)		8.041

- (a) Refere-se a projetos de adequação e/ou ampliação de edificações das unidades de Fábricas de Cultura de Osasco e Iguape, e do Museu-casa Mário de Andrade.

6 Projetos a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Movimentação 2022

	Saldos em 2021	Valores Recebidos	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Consumo	Aquisições Imobilizado	Transferência	Devolução de Recursos	Saldos em 2022
Contrato de Gestão nº 01/2017 (a)	9.856	6.920	236	1.071	(8.722)	(1.174)	-	-	8.187
Contrato de Gestão nº 05/2018 (b)	11.675	15.743	2.043	1.573	(15.648)	(254)	-	-	15.132
Contrato de Gestão nº 03/2020 (c)	17.803	84.547	1.485	3.061	(69.409)	(10.232)	-	-	27.255
Termo FLI	65	-	-	-	-	-	-	-	65
Mecenato - PRONAC 190107	561	-	-	50	(567)	-	-	-	44
T. Fomento nº 12/2021 PM São Paulo	100	-	-	2	(101)	-	-	-	1
Mecenato - PRONAC 200323	-	250	-	-	-	-	-	-	250
Total de projetos a executar	40.060	107.460	3.764	5.757	(94.447)	(11.660)	-	-	50.934
Total de projetos a executar curto prazo	36.135	-	-	-	-	-	-	-	46.521
Total de projetos a executar longo prazo	3.925	-	-	-	-	-	-	-	4.414
	40.060	-	-	-	-	-	-	-	50.934
Obrigações com estado - imobilizado	7.941	-	-	-	(2.849)	11.660	-	-	16.752

Movimentação 2021

	Saldos em 2020	Valores Recebidos	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Consumo	Aquisições Imobilizado	Transferência	Devolução de Recursos	Saldos em 2021
Contrato de Gestão nº 02/2016 (a)	1.168	-	-	7	(16)	-	(1.152)	(7)	-
Contrato de Gestão nº 01/2017 (b)	1.740	13.831	228	121	(5.963)	(101)	-	-	9.856
Contrato de Gestão nº 05/2018 (c)	5.248	16.256	1.120	339	(11.284)	(4)	-	-	11.675
Contrato de Gestão nº 03/2020 (d)	-	53.250	275	478	(36.435)	(917)	1.152	-	17.803
Termo FLI	65	-	-	-	-	-	-	-	65
Mecenato - PRONAC 190107	370	200	-	14	(23)	-	-	-	561
T. Fomento nº 12/2021 PM São Paulo	-	100	-	-	-	-	-	-	100

Total de projetos a executar	8.591	83.637	1.623	959	(53.721)	(1.022)	-	(7)	40.060
Total de projetos a executar curto prazo	7.473	-	-	-	-	-	-	-	36.135
Total de projetos a executar longo prazo	1.118	-	-	-	-	-	-	-	3.925
	8.591	-	-	-	-	-	-	-	40.060
Obrigações com estado – imobilizado	8.702	-	-	-	(1.783)	1.022	-	-	7.941

- **Valores recebidos/repasses** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
- **Rendimentos financeiros** - referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida a projetos a executar.
- **Consumo** - referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.
- **Projetos a executar - longo prazo:** referem-se a valores correspondente entre 2,5% a 6% do valor total dos recursos repassados no primeiro ano de vigência dos Contratos de Gestão, com o propósito exclusivo de utilização na hipótese de ocorrer atraso na liberação dos repasses por parte da Secretaria da Cultura e Economia Criativa. No último ano de vigência dos Contratos de Gestão e após a liberação da totalidade dos correspondentes repasses previstos, é facultada a utilização dos recursos vinculados de longo prazo no custeio das ações previstas no Plano de Trabalho.

a. Contrato de Gestão - 1/2017

A Poiesis, selecionada em processo de chamada pública, firmou em 1º de julho de 2017 com a Secretaria da Cultura e Economia Criativa, o Contrato de Gestão nº 1/2017, para dar sequência ao gerenciamento e execução de atividades a serem desenvolvidas na rede de museus-casas literários Casa das Rosas, Casa Guilherme de Almeida e Casa Mário de Andrade.

Com a assinatura do 7º Termo de Aditamento em 30 de dezembro de 2022, o Contrato de Gestão passou a ter vigência até 30 de abril de 2023 (inicialmente 1º de julho de 2022), com previsão de repasses totais da ordem R\$ 44.184, com o seguinte cronograma de desembolso:

Repasses do Contrato de Gestão nº 1/2017	Recebidos	A receber	Total
2017	2.674	-	2.674
2018	6.452	-	6.452
2019	6.452	-	6.452
2020	5.549	-	5.549
2021	13.831	-	13.831
2022	6.920	-	6.920
2023	-	2.306	3.226
	<u>41.878</u>	<u>2.306</u>	<u>44.184</u>

b. Contrato de Gestão – 5/2018

Em 28 de dezembro de 2018 a Poiesis firmou com a Secretaria da Cultura e Economia Criativa o Contrato de Gestão nº. 05/2018, para dar continuidade ao programa “Oficinas Culturais” pelo prazo de 60 meses a contar de 1º de janeiro de 2019. Por intermédio do 6º Termo Aditivo, firmado em 28 de dezembro de 2022, o valor global de repasses previstos passou a ser de R\$ 68.192, com o seguinte cronograma anual:

Repasses do Contrato de Gestão nº 05/2018	Recebidos	A receber	Total
2019	11.057	-	11.057

2020	12.018	-	12.018
2021	16.256	-	16.256
2022	15.743	-	15.743
2023	-	13.118	13.118
	<u>55.074</u>	<u>13.118</u>	<u>68.192</u>

c. Contrato de Gestão - 3/2020

Em 30 de dezembro de 2020, a Entidade firmou com a Secretaria da Cultura o Contrato de Gestão 03/2020 para dar prosseguimento à gestão do Programa Fábricas de Cultura nas unidades Jardim São Luiz, Capão Redondo, Vila Nova Cachoeirinha, Brasilândia, Jaçanã e Núcleo Luz a partir de 1º de janeiro de 2021, pelo prazo de 60 meses.

Com assinatura do 2º Termo Aditivo em 7 de dezembro de 2021, o Contrato de Gestão passou a incorporar em seu objeto a operacionalização das unidades de Fábricas de Cultura de Iguape e Osasco, e o valor dos repasses previstos para R\$ 242.307.

Em 2022, por força do 3º e 5º Termos Aditivos, firmados respectivamente em 30 de maio e 29 de dezembro, o Contrato de Gestão incorporou a gestão da unidade de Heliópolis e elevou o valor dos repasses previstos para R\$ 312.683, com o seguinte cronograma de desembolso:

Repasses do Contrato de Gestão nº 03/2020	Recebidos	A receber	Total
2021 (*)	54.402	-	54.402
2022	84.547	-	84.547
2023	-	76.500	76.500
2024	-	47.756	47.756
2025	-	49.428	49.428
	<u>138.949</u>	<u>173.684</u>	<u>312.633</u>

(*) Dos repasses previstos em 2021, o montante de R\$ 1.152 foi proveniente da transferência de saldo do Contrato de Gestão 02/2016, de responsabilidade da Entidade para gestão do Programa Fábricas de Cultura no período de 1º de julho de 2016 a 31 de dezembro de 2020. O Contrato de Gestão foi encerrado regularmente, com a correspondente prestação de contas e apuração e devolução de saldo financeiro finais ocorridas em março de 2021.

Outras informações

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto dos Contratos de Gestão, a Entidade também mantém as seguintes fontes de recursos:

- (i) Receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como taxa de inscrição;
- (ii) Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos;
- (iii) Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras; e
- (iv) Rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Por força dos Contratos de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são quadrimestralmente e anualmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria da Cultura e Economia Criativa. No caso de não

cumprimento dessas metas, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução e/ou extinção dos repasses contratados.

Os relatórios quadrimestrais relativos ao período de abril e agosto de 2022 foram preparados e encaminhados para as respectivas Unidades Gestoras da Secretaria da Cultura e Economia Criativa, e já foram objetos de apreciação e aprovação pela Comissão de Avaliação. As prestações de contas referentes aos relatórios de atividades anual serão enviados em março de 2023.

Os recursos provenientes dos Contratos de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

7 Contas a pagar

	2022	2021
Fornecedores	125	96
Prestadores de serviços (*)	7.337	1.965
	<u>7.462</u>	<u>2.061</u>

(*) Em 2022 o saldo em aberto de prestadores de serviços refere-se substancialmente a serviços de engenharia na ampliação do museu-casa Mário de Andrade, ampliação e recuperação de edifício que abrigará unidade da Fábrica de Cultura de Iguape, adaptação das unidades de Fábricas de Cultura para ações relacionadas à tecnologia "4.0", e de recuperação e adequação da Oficina Cultural Oswald de Andrade.

Também inclui compromissos recorrentes com prestadores de serviços de vigilância, portaria e limpeza, aluguéis e manutenção de equipamentos, de assistência de informática.

8 Obrigações trabalhistas

	2021	2021
INSS a recolher	791	635
IRRF a recolher	354	264
FGTS a recolher	261	211
PIS sobre folha de pagamento a recolher	41	31
Serviços prestados por autônomos a pagar	76	63
Salários a pagar	1	1
	<u>1.524</u>	<u>1.205</u>

9 Provisão para contingências

A Entidade reconhece a provisão para riscos trabalhistas quando seus assessores jurídicos

consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Foi registrado como provisão, o valor de R\$ 356 (R\$ 254 em 2021), relativo ao risco classificado pelos assessores jurídicos, como de perda provável, considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso.

A Entidade possui ainda em 31 de dezembro de 2022, processo no valor estimado de R\$ 23 classificado como de perda possível.

10 Partes relacionadas

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho. Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Em 31 de dezembro de 2022 houve o reconhecimento de trabalho voluntário por parte de Conselheiros da entidade no montante de R\$ 156 (R\$ 156 em 2021), conforme mencionado na nota explicativa 3.h.

11 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Entidade como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados por meio do Contrato de Gestão.

12 Receitas operacionais

a. Contrato de Gestão

	2022	2021
Contrato de Gestão n° 03/2020	67.188	37.274
Contrato de Gestão n° 02/2016	-	111
Contrato de Gestão n° 05/2018	12.228	9.861
Contrato de Gestão n° 01/2017	7.597	5.667
Parcerias	3.486	1.070
Receitas financeiras	5.704	945
Aluguel de espaço	191	181
Outros	88	371
	<u>96.482</u>	<u>55.481</u>

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Entidade também mantém as fontes de recursos advindas de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como taxa de inscrição e parcerias com agentes culturais, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Acima apresentamos as receitas auferidas por meio dessas captações e provenientes do Poder Público.

Convênios (Termos de Fomento)

	2022	2021
Mecenato - PRONAC 190107	518	30
T. Fomento nº 12/2021 PM São Paulo	99	
Receitas Financeiras	<u>52</u>	<u>5</u>
	<u>669</u>	<u>35</u>

13 Despesas com pessoal

	2022	2021
Salários, horas extras e outras	(24.136)	(19.554)
Benefícios	(8.756)	(4.680)
Encargos	(7.438)	(6.952)
Férias e encargos	(3.915)	(3.010)
13º e encargos	(2.754)	(2.185)
	<u>(46.999)</u>	<u>(36.381)</u>

14 Despesa gerais com produção cultural

	2022	2021
Serviços artísticos	(11.207)	(6.562)
Materiais de produção	(3.766)	(316)
Serviços técnicos de produção	(1.152)	(162)
Despesas com transporte	(660)	(138)
Viagens e estadias	(350)	(26)
Cooperativas	(396)	(20)
Aquisição de acervo	(208)	(8)
Direitos autorais	(7)	(1)
	<u>(17.746)</u>	<u>(7.233)</u>

Nessa conta encontram-se todos os gastos com o desenvolvimento e execução das atividades culturais nos equipamentos geridos, tais como exposições, saraus, palestras, cursos, oficinas, recitais, peças de teatro, shows musicais, ou seja, eventos de incentivo à poesia, à literatura e às diversas áreas de produção artística e cultural. Estão incluídas nessa rubrica a contratação de profissionais autônomos, como curadores, artistas, professores, entre outros, e contratação de serviços diversos e compra de materiais para suporte aos profissionais contratados.

15 Serviços profissionais

	2022	2021
Serviços de limpeza e vigilância	(7.626)	(5.951)
Assessoria em T.I.	(996)	(519)
Assessoria contábil	(322)	(280)
Assessoria jurídica	(262)	(227)
Assessoria em elaboração de projetos	(181)	(121)
	<u>(9.387)</u>	<u>(7.098)</u>

16 Gerais e administrativas

	2022	2021
Conservação e manutenção	(16.459)	(1.607)
Serviços de utilidade pública	(1.163)	(611)
Material de escritório e outros	(649)	(270)
Aluguel e condomínio	(634)	(574)
Telefonia	(184)	(390)
Contingência trabalhistas (*)	(153)	33
Locações	(150)	(110)
Tributos (*)	(72)	1.089
Seguros	(68)	(73)
Outros	(278)	(164)
	<u>(19.810)</u>	<u>(2.677)</u>

Em 2021 inclui (1) reversão de provisão para ISS (PM S. Paulo) - nota 19 e (2) reversão parcial de provisão

17 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A seção 11 do Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O

Pronunciamento técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível A** – A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;
- **Nível B** - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;
- **Nível C** – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível B (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2022, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros, têm nos ganhos da Entidade e no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

18 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2022 e 2021.

19 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir, na hipótese dos recursos de subvenção governamental utilizados para custeio das atividades da Entidade pudessem ser considerados como receita tributável, a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

- **IRPJ** (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- **CSLL** (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- **ISSQN** (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- **COFINS** (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias.

Em 2021 a entidade, em razão da promulgação da Lei do Município de São Paulo no. 17.719/2021, reverteu provisão constituída para, à época da promulgação da Lei no. 16.757/2017, possível exigência de ISSQN, no valor de R\$ 1.162.

20 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade mantinha cobertura de seguros contra riscos operacionais estimados em R\$ 11.197 (R\$ 15.800 em 2021), e de R\$ 8.500 (R\$ 3.500 em 2021) para riscos de responsabilidade civil.

21 Eventos subsequentes


Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

* * *


Clovis de Barros Carvalho
Diretor executivo


Plínio Silveira Correa
Diretor Administrativo Financeiro


Adilson Ernesto da Silva
Accountant CRC 1SP266387/O-7



Reconheço por semelhança a(s) 1 firma(s) de: **ADILSON ERNESTO DA SILVA** (CPF nº 112359232) e **PLÍNIO SILVEIRA CORREA**, em conformidade com o conteúdo econômico da escritura, em 10 de março de 2023. Em testemunho da verdade.
Sede(s): (011) 2101-1111 - São Paulo, SP - Rua ... 10 de março de 2023.
Selo(s): 2 410514-0062110
VALOR ECONÔMICO: R\$ 12,20
VALOR ECONÔMICO: R\$ 12,20
C210544A0062110

Reconheço por semelhança a(s) 1 firma(s) de: **ADILSON ERNESTO DA SILVA** (CPF nº 112359232) e **TAINARA REZENDE PEREIRA** (CPF nº 112359232) em conformidade com o conteúdo econômico da escritura, em 10 de março de 2023. Em testemunho da verdade.
Sede(s): (011) 2101-1111 - São Paulo, SP - Rua ... 10 de março de 2023.
Selo(s): 2 410514-0062110
VALOR ECONÔMICO: R\$ 12,20
VALOR ECONÔMICO: R\$ 12,20
C210544A0062110


TABELAÇÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ALEXANDRE GONCALVES KASSAMA - Tabelião
F. OABO 4017 - SP - R. TRIBUNA, SÃO PAULO - SP - FONE: (11) 3124-5069 - CEP 01046-001


TABELAÇÃO DE NOTAS DA CAPITAL
TAINARA REZENDE PEREIRA - Tabelião
F. OABO 4017 - SP - R. TRIBUNA, SÃO PAULO - SP - FONE: (11) 3124-5069 - CEP 01046-001


TABELAÇÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ALEXANDRE GONCALVES KASSAMA - Tabelião
F. OABO 4017 - SP - R. TRIBUNA, SÃO PAULO - SP - FONE: (11) 3124-5069 - CEP 01046-001